

A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÉNERO NOS NOVOS MEDIA

Daniela Castilhos¹
Tania Serra²

RESUMO

Com o surgimento dos novos *media*, em especial a Internet e as redes sociais virtuais, o hábito de comunicação virtual torna-se parte do quotidiano de muitas mulheres. Nestes espaços comunicacionais, ocorrem situações de violência, perpetrando o modelo patriarcal da sociedade. Torna-se um fenómeno estrutural que assenta em desigualdades de género produzidas e reproduzidas ao longo do tempo. Este trabalho oferece um panorama geral da reflexão sobre a violência de género no âmbito da rede social YouTube, suas características e conclusões. Se compõe de uma investigação social e jurídica. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processamento da informação recebida e a fornecida pelas mulheres quando em situação de violência nas redes sociais. A violência de género e as características do agressor e da vítima também são analisadas. A análise de vídeos fundamenta-se na parte técnica do mesmo, tanto quanto no emissor e no receptor.

Palavras-chave: Violência de Género. Youtube. Estereótipos

1 O CRESCIMENTO DO FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL

Nas últimas décadas, Portugal tornou-se um caso invulgar na Europa sendo um local privilegiado para observar fenómenos associados às migrações: concomitantemente é país de origem e de destino de movimentos internacionais de pessoas.

A análise das migrações internacionais centradas nas questões relacionadas com o género surgiu a partir do final da década de 1970 e início dos anos 80. Durante muito tempo predominou a ideia que o imigrante típico era um homem que deslocava-se a outro país por razões laborais. Como as mulheres não predominavam no mercado de trabalho, e o discurso

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Direito de la Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), Doutora em Direitos Humanos por la Universidade de Salamanca, Membro e Investigadora do Instituto Jurídico Portucalense e do *Centro de Estudios de la Mujer* (CEMUSA) da Universidade de Salamanca. Correo Electrónico: dcastilhos@upt.pt

² Doutora pelo *Programa Pasado y Presente de los Derechos Humanos*, Universidad de Salamanca, Ex-bolseira da Fundação para Ciencia e Tecnologia (FCT), Portugal. Correo Electrónico: tserra@usal.es

acadêmico veiculava a imagem que as mulheres eram economicamente inativas, o que por seu turno, influenciava as teorias das migraçõesⁱ. O desenvolvimento de críticas às abordagens teóricas dominantes sobre o estudo das imigrações veio sugerir que a participação das mulheres nas migrações internacionais tinham sido negligenciada por pesquisadores e formuladores de políticas públicas, ou que estas têm sido representadas de maneira estereotipada como “dependentes passivas”ⁱⁱ, secundarizando o papel desempenhado pelas mulheres.

As mulheres eram renegadas para o espaço privado da casa e a sua contribuição econômica para a sociedade era largamente ignorada. Conforme Oso e Catarino (2000), no reparto social de tarefas baseadas no sexo, aos homens cabem realizar tarefas de âmbito público e às mulheres ficam reservadas ao espaço privadoⁱⁱⁱ. A invisibilidade das mulheres nas estatísticas faz com que não sejam consideradas como elementos ativos das migrações^{iv}. No entanto, é inquestionável que o mercado laboral português, bem como o dos demais países da União Europeia, recorre a importação de mão-de-obra estrangeira feminina para colmatar suas lacunas, situação que tende a persistir ainda por muito tempo.

De fato, no contexto da globalização, os movimentos migratórios têm acrescido um caráter de heterogeneidade e complexidade, representando um desafio para a generalidade dos países. Nos anos 90, Castles e Miller (2004) sustentam que a feminização das migrações internacionais é uma das principais características da denominada nova “era das migrações”^v.

Aproximadamente dez milhões de mulheres no mundo não possuem cidadania nos atuais países em que vivem. Entre estas, um milhão são trabalhadoras domésticas e dependem dos seus patrões para sobreviver nos países para os quais migraram. Quase vinte milhões de mulheres no mundo vivem em condições de “segunda categoria”, lutando pela sobrevivência e para terem os seus direitos garantidos. Segundo dados da ONU, 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos^{vi}.

A percentagem de mulheres imigrantes tem vindo a crescer gradualmente a nível internacional. Existe uma clara evolução da participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho. Entre as transformações que ocorreram nas características das migrações

femininas, destaca-se a “tendência para o decréscimo das familiares dependentes de um homem trabalhador ou refugiadas, e um aumento no número de mulheres que revelam autonomia de movimentos ou que estão à cabeça do agregado familiar”^{vii}.

Hochschild (2000 apud MIRANDA, 2009) pondera que as “cadeias globais de assistência” demonstram um fenômeno global onde as mulheres são substituídas por outras mulheres nas tarefas habitualmente associadas a cuidados pessoais e afetos - as mulheres do país receptor são substituídas pelas mulheres imigrantes cujo lugar é por seu lado substituído pelas mulheres que tomam conta dos seus filhos no seu país de origem. Na maioria das vezes estas cadeias interligam três conjuntos de cuidadoras: uma mulher cuida dos filhos da migrante em casa, no país de origem, outra mulher cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da migrante, que muitas vezes é a sua mãe ou uma filha mais velha que cuida dos irmãos e o terceiro elo da cadeia é a própria mulher migrante que deixa o seu país para cuidar dos filhos de profissionais liberais no primeiro mundo. Assim, estabelece-se uma cadeia de uma ponta a outra, entre classe, raça e nações, em que as mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas, enquanto mulheres ainda mais pobres (ou mais velhas, ou mais rurais) lhes criam os filhos. A mesma autora chama a atenção para o “padrão global do deslocamento do sentimento”, onde verifica que “essas mulheres deslocam o amor que deveriam sentir e transmitir aos seus próprios filhos para as crianças de que cuidam. Hochschild (2000) chama a atenção para a mais-valia emocional e constata que a assistência e o amor estão a ser distribuídos desigualmente pelo mundo. A autora indaga até que ponto os países do Primeiro Mundo não estarão importando amor materno como no passado importaram ouro, cobre, zinco e outros minérios dos países do Terceiro Mundo”^{viii}.

Gaspard (1998) considera que os países europeus passaram, em poucos anos, de uma atitude de indiferença em relação às mulheres migrantes para uma atitude de interesse expressa através de duas representações contraditórias: as imigrantes são vistas como portadoras de tradições, o que presumivelmente prova a impossibilidade de integração numa sociedade diferente, e ao mesmo tempo são vistas como agentes da integração, tanto que os estados fazem-lhes apelos para pacificar conflitos, para servirem de mediadoras entre as suas comunidades e a sociedade^{ix}.

A expansão nas últimas décadas da imigração feminina na Europa do Sul tem sido merecedora de atenção por vários estudos, principalmente quanto a forma de inserção no mercado laboral^x, que se concentra em dois nichos: o trabalho sexual^{xi} e o serviço doméstico^{xii}. Juliano (2000) acrescenta que os imigrantes ocupam os postos de trabalhos que não interessam aos homens autóctones, enquanto as mulheres imigrantes realizam as atividades que não interessam as mulheres autóctones^{xiii}.

O fenómeno da imigração feminina em Portugal nos últimos anos tem sido objeto de alguns estudos, mas ainda dispersos e pontuais, entre os aspectos analisados, destacam-se: as identidades femininas em contextos migratórios^{xiv}; relação com o mercado laboral^{xv}; reagrupamento familiar, fluxos matrimoniais transnacionais, os denominados “casamentos brancos”^{xvi}; estratégias e problemas sentidos por mulheres^{xvii}; tráfico de migrantes^{xviii}; a imagem de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa^{xix}; entre outros temas. Por fim, merece destaque a publicação feita em 2005 pelo SOS Racismo em que reuniu textos sobre as trajetórias das mulheres imigrantes em Portugal^{xx}.

2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE MULHERES IMIGRANTES EM PORTUGAL

A caracterização das mulheres imigrantes em Portugal apoia-se nas estatísticas nacionais e oficiais fornecidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

As estatísticas do SEF estão estruturadas diferentemente. Até 2005 há possibilidade de desagregar a informação estatística entre homens e mulheres^{xxi}. No entanto as mudanças administrativas em Maio de 2005^{xxii} propiciaram a reestruturação do SEF^{xxiii} e alterações em seu respectivo relatório^{xxiv}.

A partir de 2006 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras adotou, pela primeira vez, o modelo de relatório de atividades que apresenta uma síntese das atividades do Serviço, incluiu outros desenvolvimentos transversais ocorridos na área da imigração, fronteiras e asilo do período em referência, como é o caso da produção legislativa, a nível interno e no domínio da transposição de legislação comunitária. Com o intuito de dar a conhecer a realidade migratória em Portugal, o relatório incorpora ainda dados estatísticos relativos à comunidade

estrangeira residente em território nacional, acompanhados de uma breve análise sobre as suas características, composição e tendências^{xxv}.

Ao pesquisador voltado para o estudo de gênero, tal relatório resulta numa dificuldade acrescida no estudo das mulheres imigrantes, por não permitir um exame minucioso, à medida que apenas apresenta dados referentes a grupos etários, nacionalidades e quantidades. Subtraindo-se informações importantes, tais como, grupo profissional, grau de instrução, entre outras.

Os relatórios expõem que as mulheres imigrantes brasileiras pertencem à faixa etária de 20 a 34 anos, em porcentagem maior que o número de homens, com menos casos de analfabetismos, estando mais capacitadas. Trabalham em todos os grupos profissionais, predominando no de “pessoal de serviços e comércio, posto de trabalho em diferentes setores de atividades em várias profissões”, são em maior número do que as mulheres de outras nacionalidades.

Independente da formação académica ou qualificações anteriormente adquiridas, as mulheres imigrantes em Portugal, de maneira geral, acabam por ocupar postos de trabalho subalternos, como nas limpezas, na assistência a idosos e crianças, e mesmo na prostituição, ocupações onde supostamente ainda não existe reserva de mercado.

Em relação a distribuição geográfica da população brasileira, observou-se que existe uma concentração no litoral, destacando-se o distrito de Lisboa, Faro e Setúbal. No entanto, esse padrão varia consoante a nacionalidade, pois está relacionado com os motivos de atração para Portugal e com o mercado de trabalho.

Os estrangeiros que vêm com intenção de integrar-se no mercado laboral distribuem-se em distritos que demandam mais mão-de-obra, por exemplo, Lisboa e Setúbal são os distritos onde mais se concentram estrangeiros oriundos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), por ser um foco de recrutamento de mão-de-obra barata.

Os estrangeiros originários das Américas concentram-se, com progressiva exceção dos brasileiros, nas regiões do país que estiveram na origem da emigração portuguesa para aquele continente. Por exemplo, os venezuelanos em Aveiro e Madeira, ou os canadianos nos Açores.

Os dados do Relatório de 2012 do SEF^{xxvi}, indicam que os imigrantes brasileiros representam cerca de 25.3% da comunidade estrangeira residente em Portugal, totalizando 105.622 indivíduos (111.445 em 2011). “Apesar do decréscimo registado (-5,22%) ser superior à média total (-4,53%), a nacionalidade brasileira permanece como a comunidade estrangeira claramente preponderante em Portugal”^{xxvii}.

A estrutura da população estrangeira em Portugal por gênero apresenta uma configuração próxima da paridade. Entretanto, no caso da comunidade brasileira, encontra-se menos indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino, correspondendo a 47.518 (43%) de homens e 63.927 (67%) de mulheres^{xxviii}.

3 MEDIA E IMIGRAÇÃO

3.1 Estereótipos no discurso mediático

A recolha das peças que constituem o *corpus* da investigação foi obtida pela busca em quatro jornais diários: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, e *Correio da Manhã*. Foram selecionados por serem jornais diários de informação geral com respeitabilidade junto ao público e os de maior tiragem nacional.

Nos jornais selecionados a quantidade de peças sobre mulheres imigrantes é muito reduzida se comparada com a quantidade de notícias sobre imigração em geral^{xxix}. Tal situação demonstra que as mulheres imigrantes são quase ignoradas pela comunicação social, portanto, percebe-se que há quase uma ausência de visibilidade das mulheres na comunicação social^{xxx}.

A imagem da mulher imigrante é especialmente suscetível de estereótipos e preconceitos. Tais formulações produzem o efeito de silenciar as vozes a favor destas mulheres, reforçando a imagem, principalmente das imigrantes brasileiras, como ilegais, oportunistas que querem aproveitar-se de “inocentes” os pais de família que são fígados pelos encantos “dessas mulheres quentes e fogosas”, “um chamamento ao sexo”.

A estigmatização sofrida pelas mulheres imigrantes é demonstrada através da imputação de prostituição, suposição de condição de ilegalidade e criminalização das imigrantes sem papéis.

3.1.1 Ilegais

Os periódicos priorizam a publicação de artigos que apresentam as imigrantes em situação irregular ou indocumentadas, reforçando deste modo um estereótipo inadequado de serem ilegais, habitualmente não há nem o cuidado de empregar a expressão “pessoas em situação de ilegalidade”. A maioria dos artigos, que fizeram referência à situação jurídica das imigrantes, trata de casos de mulheres sem papéis.

Entre as 228 inserções jornalísticas que fizeram referência a situação jurídica das imigrantes, observa-se que 181 (81%) são relativas a estrangeiras indocumentadas ou em situação irregular. Ou seja, é criado um estereótipo que considera a mulher imigrante como uma ilegal, transgressora da lei portuguesa, cuja permanência em solo português é irregular e ilegítima. A mensagem transmitida é que elas infringem a lei por estarem ilegais e violam a moral por dedicarem-se aos serviços sexuais.

Quantitativamente verificou-se que a maioria das notícias se limita a falar sobre as mulheres imigrantes ilegais que são detidas nos bares de alterne, por exemplo, em títulos jornalísticos como “Caça as alternadeiras” (Correio da Manhã, 17/9/2004, p.6), ou “Ilegais apanhadas em bares” (Correio da Manhã, 22/2/2007, p.6), transmitem aos leitores a impressão de que as carecem de documentos são fugitivas, criminosas, perigosas, que devem ser perseguidas pela polícia. A mensagem transmitida é que as forças policiais têm como missão “perseguir as imigrantes”, e não investigar para dismantelar as redes criminais, dá a impressão que a polícia invés de tentar capturar aos chefes de quadrilhas que as introduzem no país, se dedica a capturar as vítimas do tráfico de pessoas.

O discurso mediático muitas vezes mostra que as mulheres imigrantes são consideradas simplesmente como uma coisa ou apenas números, por exemplo, se observa esta situação nos títulos “Onze ilegais detidas em três bares de alterne” (Jornal de Notícias, 13/2/2005, p.43), “10 mil imigrantes ilegais na prostituição” (Correio da Manhã, 24/10/2005, p.1) ou a “GNR identifica 21 ilegais” (Jornal de Notícias, 10/10/2004, p.44). Há títulos como

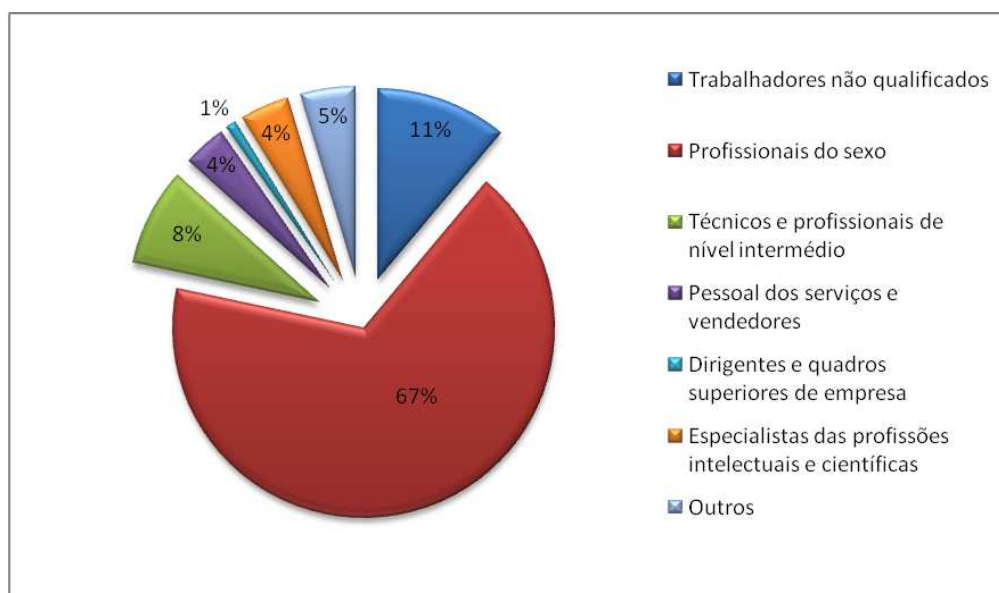
“Mega-rusga varreu bares de alterne do norte” (Público, 3/6/2004, p.14) referentes ao controle de imigrantes sem papéis que fazem pior que coisificar a mulher, pois a equipara ao lixo, a algo indesejado, que deve ser descartado. O verbo “varrer” induz a que foi feita uma limpeza, limpa-se o lixo os dejetos. O uso da linguagem demonstra a inclusão de valorações xenófobas ou sexistas implícitas.

Com base nas fontes analisadas, comprovamos que a imigrante ilegal é representada como uma transgressora da lei, criminalizada por sua ilegalidade ou pela sociedade xenófoba como “prostituta”, “alternadeira”, “ladra de marido”, esta imagem da imigrante promove o seu isolamento social.

3.1.2 Prostitutas

A profissão é um elemento que deve ser levado em conta, a partir da informação obtida na comunicação social sobre as profissões das imigrantes, estas foram enquadradas nos seus grupos profissionais de acordo com a Classificação Nacional das Profissões^{xxxii}. A maioria absoluta das peças considerava as mulheres imigrantes como prostitutas. A comunidade brasileira foi a mais afetada por este estereótipo.

Figura 1 – As profissões das mulheres imigrantes nos periódicos



Fonte: Elaboração própria com dados de Castilhos (2012)

Utilizar frases como “É mulher, brasileira, vem prostituir-se...”, seguidas de “uma mulher do Brasil com idade entre 20 e 40 anos, e reclama de ser tratado como uma prostituta” para retratar as brasileiras impedidas de entrar em Portugal, é um equívoco e o periódico reforça um estereótipo inadequado, pois seus leitores não críticos nem percebem que o jornal está a descrever uma queixa corriqueira das brasileiras e não de uma característica das mesmas. Quando a notícia é dada assim, parece que as brasileiras vêm geralmente para prostituir-se e não fica claro que elas se queixam de que, por este preconceito, estão a ser discriminadas.

Algumas fotografias abordam a detenção de imigrantes mostrando o agente do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF) dotado de poder e firmeza, enquanto as imigrantes usam roupas modestas, ou roupas sensuais, aparecem envergonhadas, com a mão no rosto, evidentemente, sem vontade de ser fotografada em situação ultrajante. Algumas reportagens contêm fotos de arquivo de mulheres nuas, seminuas, muitas vezes dançando como *strippers*, ou seja, incluindo pornografia desnecessária e fazendo uso do corpo feminino como um objeto útil para chamar atenção do leitor.

Há discursos especialmente censuráveis, por exemplo, *do Correio da Manhã*, de 24 de Outubro de 2005, que associou a melhorar a situação das imigrantes com a possibilidade de elaboração um novo regime jurídico da prostituição, apresentando razões para explicar que muitas imigrantes seriam beneficiadas substancialmente, já que poderiam obter a regularização, caso a prostituição fosse considerada uma profissão, o que reforça o estereótipo, exibido por este jornal, de que as mulheres imigrantes são na sua maioria prostitutas, o que não é verdade.

3.1.3 Criminosas

Conforme já foi exposto, a maioria das notícias se limita a discorrer sobre mulheres imigrantes ilegais que são detidas em bares de alterne, mas sem revelar se estão voluntariamente ou não a exercer estas funções, raramente os artigos jornalísticos têm como prioridade relevar as atrocidades que estas mulheres sofreram nas mãos dos traficantes e exploradores. O enfoque majoritário das notícias culpabiliza as mulheres vítimas de tráfico, e não a seus exploradores. Apenas poucos artigos se detêm a denunciar violações de direitos humanos de todo tipos que sofreram.

A detenção administrativa de mulheres imigrantes que trabalhavam em bares de alterne é uma mera parte do processo de afastamento de estrangeiros do território nacional, estes casos foram o tema principal de boa parte das notícias analisadas. Aos olhos dos leigos, público-alvo dos periódicos generalistas, relembra muito a prisão preventiva, ou seja, transmite uma visão que criminaliza a ação destas mulheres tanto por serem prostitutas como por serem imigrantes ilegais. Não fica em evidência o fato de que elas apenas estavam a cometer uma contraordenação.

A confusão entre as mulheres enganadas e forçadas a prostituir-se e as que exercem a prostituição para a sua decisão, assim como o discurso que nega o consentimento das migrantes que querem prostituição como actividade laboral, é útil para o Estado. Assim, este legitima sua política de controlo da imigração ilegal, usando o direito penal como uma ferramenta, dizendo que está a proteger bens jurídicos, como a integridade moral ou liberdade sexual.

A imigração ilegal é um desafio aos poderes soberanos dos Estados que tentam combatê-la com diversas medidas destinadas a dissuadir este fenômeno. A detenção de imigrantes ilegais é uma prática que restringe a liberdade das pessoas independentemente de terem cometido um delito, portanto, sua justificação e legitimação derivam exclusivamente do interesse do Estado em controlar a imigração.

3.2 Novos media

Com o surgimento dos *novos media*, em especial a Internet, sendo esta um instrumento poderoso pela sua potencialidade na difusão ilimitada de informações não deixa, porém de ser, ao mesmo tempo, um veículo de conteúdos penalmente ilícitos e nocivos à mulher. As redes sociais virtuais geram também problemas de discriminação e violência contra as mulheres imigrantes imersas neste ambiente. Como consequência de estar na realidade virtual à violência produz alarme social que nos impele a buscar recursos renovados para combatê-la.

Nestes espaços comunicacionais, ocorrem situações de violência, perpetrando o modelo patriarcal^{xxxii} da sociedade que faz das mulheres seres inferiores ao serviço dos homens.

Vários são os autores que estudaram a importância da Internet nas relações comunicacionais da sociedade contemporânea.

Assim, Reule (2008) afirma: “a rede representa um ideal de democratização – diminuindo, utopicamente, hierarquias – e possibilitando através do anonimato, um sentimento de liberdade em diversos níveis, seja emocional, relacional, cultural ou mesmo profissional”^{xxxiii}. E, como observa Wolton (2003 apud Reule, 2008), as novas tecnologias “vêm ao encontro do profundo movimento de individualização de nossa sociedade, oferecendo autonomia, domínio e velocidade”^{xxxiv}. Portanto, o uso das redes pode trazer benefícios por ser um instrumento valioso para a divulgação dos direitos das mulheres, a ponto de contribuir para seu empoderamento^{xxxv}, emergência de poder, autoestima, autoconfiança, responsabilidade, capacidade de escolha e de decisão.

Contrapõe Lima Torrado (2002)

(...) o impacto de la informática sobre las libertades en las sociedades avanzadas ha sido también negativo en cuanto que ha potenciado y abierto la puerta a nuevas formas de violaciones de los bienes de la personalidad o bienes jurídicos fundamentales que constituyen el objeto de los derechos^{xxxvi}.

Desenvolve-se um elevado nível de sensibilidade às questões da discriminação e violência contra as mulheres em ambiente virtual, ou como consequência do virtual que se efetiva no real. Tais como tráfico de pessoas, assédio, constrangimento, ameaça, *bullying*, calúnia, difamação, injúria, sedução, estupro, atentado violento ao pudor e outros.

3.2.1 Gina a personagem do Café Central

O caso de Gina do programa Café Central^{xxxvii} da Rede e Televisão Portuguesa (RTP), série de humor em animação 2D exibido no início da madrugada, retransmitido pelo serviço internacional do canal para vários países, os vídeos do programa estão postados na rede social YouTube, teve muita repercussão na *media* escrita e nos meios virtuais, por representar um estereótipo negativo que prejudica a imagem das imigrantes brasileiras residentes em Portugal.

Participam da história seis personagens que discutem os temas da atualidade. A personagem Gina (**Figura 2**) “é a única mulher do programa, a qual, devido ao forte sotaque brasileiro, quer representar a mulher brasileira imigrante em Portugal. A personagem é retratada como uma prostituta e maníaca sexual, alvo dos personagens masculinos”^{xxxviii}. Gina é um dos casos de estigmatização das mulheres brasileiras na comunicação social portuguesa.

Figura 2. Gina no Café Central



Fonte: Só Visto! “Café Central” programa da RTP2 [em linha]
<http://www.youtube.com/watch?v=MljQWRpTj2k&feature=relatedA> [Consulta: 20 de Março de 2012]

Este não é um caso isolado, sendo mais um dos exemplos, entre muitos, de como as mulheres do Brasil são constantemente vítimas de diversos tipos de violência em Portugal. Sendo um “desrespeito às mulheres brasileiras, que pode ser considerado racismo, pois inferioriza, essencializa e estigmatiza essas mulheres por supostas características fenotípicas, comportamentais e culturais comuns”^{xxxix}.

Em setembro de 2011, a situação excedeu o universo virtual e algumas entidades e pessoas manifestaram-se publicamente nas ruas de Lisboa e avançaram com ações, tais como o pedido de um parecer para o ERC^{xl} com a finalidade de retirada do programa do ar.

O fato foi alvo de manifesto de repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal^{xli}. Segundo o manifesto a “comunicação social portuguesa e a forma como, insistentemente, tem construído e reproduzido o estigma de hipersexualidade das mulheres brasileiras, representa um grave acontecimento de violência simbólica que se transforma em violência física, psicológica, moral e sexual”^{xlii}. Considera ainda um “desrespeito a todas as

mulheres, pois ironiza e escarnece sua sexualidade, sua possibilidade de exercer uma sexualidade livre, o que pode ser considerado machismo e sexismo^{xliv}. Ao ironizar o trabalho das mulheres profissionais do sexo, transformando-o em símbolo de deboche, sendo que não é um trabalho criminalizado em Portugal, portanto, é um direito exercê-lo livre de estigmas.

A emissora, em hipótese alguma, deveria difundir valores que ferem o direito das mulheres e da dignidade humana. Consideram ainda que, “longe de ser engraçado, é apenas mais um humor que prega o machismo e categoriza a mulher brasileira de maneira cruel, sustentando os estereótipos que ao longo dos anos se tenta reverter^{xlv}”.

Em janeiro de 2012, a personagem foi retirada do programa Café Central e, segundo o *site* da RTP, a “Gina emigrou para o Brasil e o Silva (dono do café) ficou de rastos^{xlv}”.

4 CONCLUSÕES

A visão jornalística sobre a problemática da imigração de mulheres, bem como sobre o impacto no público a quem a informação é direcionada, surge como um obstáculo à integração das mulheres imigrantes no país de acolhimento. As mensagens transmitidas através da imprensa, e sua contextualização, geram processos discriminatórios e criam estereótipos sociais sobre certos grupos de mulheres.

A forma como os meios de comunicação portugueses, insistentemente, tem construído e reproduzido o estigma de hipersexualidade das mulheres brasileiras, deve ser interpretado como exercício de uma violência simbólica. Com efeito, no vídeo do YouTube, a personagem Gina, mostra de maneira clara a intenção do produtor do programa, de enquadrá-la como uma prostituta.

Como ela, uma parte das mulheres brasileiras residentes em Portugal é, com relativa frequência, vítimas de diferentes tipos de violência. A falta de respeito com as mulheres brasileiras pode ser caracterizada como racismo, elas são aí homologadas, inferiorizadas e estigmatizadas por suas alegadas características fenotípicas, de conduta e culturais supostamente comuns.

Dada a grande responsabilidade social da *media* e dos *novos media* pela forma como influenciam a opinião pública, é recomendado que estes deveriam ser conscientes de sua obrigação ética de combater os estereótipos negativos e preconceitos existentes que alimentam formas de xenofobia ou discriminação que ainda existem nos meios de comunicação portugueses, refletidos na sociedade portuguesa e percebidos pelas imigrantes.

ⁱ MIRANDA, Joana. *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, 2009, p. 22. (Estudos OI; 35). ISBN 978-989-8000-93-4 Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_35.pdf Acesso: 20 Março de 2014.

ⁱⁱ Entre as publicações que chamaram a atenção para a subestimação do número de mulheres imigrantes, uma referência clássica fundamental é MOROKIVASIC, Mirjana. Birds of Passage are also women *Internacional Migration Review*, v. XVIII. n.º (4), 1984, pp. 886-907.

ⁱⁱⁱ CATARINO, Christine; OSO, Laura. La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza, *Papers*, 60, 2000, pp. 183-207. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25572/25406> Acesso: 30 Março de 2014

^{iv} A relativa invisibilidade das mulheres imigrantes também pode ser explicada pelo estereótipo que as conotava com o estatuto de esposa ou mãe, e ao nível dos estereótipos dominantes acerca das mulheres pertencentes a minorias étnicas, ver: SANTOS, Maria Clara Almeida. *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa: Análise do Ano 2003*, 2007, pp. 73-74.

^v Sobre as estreitas ligações entre a globalização, as migrações e a crescente diversidade cultural, ver em: CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *La era de la migración : movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. 2004, México: Universidad Autónoma de Zacatecas. ISBN 970-701-541-

^{vi} LISBOA, Teresa Kleba. *Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência*. Estudos Feministas, v.15, n.º3, 2007, pp. 805-821. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a17v15n3.pdf> Acesso: 20 de Fevereiro de 2014.

^{vii} CASTLES, Stephen. *Globalização, Transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*. 2005, Lisboa: Fim de século. ISBN 972-754-218-2.

^{viii} MIRANDA, Joana. *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, 2009, (Estudos OI; 35). Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_35.pdf Acesso: 20 Janeiro de 2014

^{ix} GASPARD, Françoise. Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. *Revista Critica de Ciencias Sociais*, 1998, 50. pp. 83-101.

^x A relação entre a inserção laboral com a posição de género, a classe social, os estereótipos culturais e estrangeiros é examinada em: GREGORIO GIL, Carmen; RAMÍREZ FERNÁNDEZ, Ángeles. ¿En España es diferente...? Mujeres inmigrantes dominicanas y marroquês. *Papers: Revista de Sociologia*, 2000, 60, pp. 257-273. Disponível em: <http://ddd.uab.es/pub/papers/02102862n60p257.pdf> Acesso: 20 de Fevereiro de 2014.

^{xi} Os tipos de legislação que incidem sobre a prostituição de mulheres na Itália possuem relação com as políticas de fronteiras e com a prostituição, esta questão é bem desenvolvida em: CARCHEDI, Francesco. Considerations on foreign prostitution in Italy. A background picture. *Papers: Revista de Sociologia*, 2000, v. 60, pp. 85-97. Disponível em: <http://ddd.uab.es/pub/papers/02102862n60p85.pdf>

Acesso: 30 de Janeiro de 2014, ver: ARELLA, Celeste Inés; BESSA, Cristina Fernández; LAZO, Gemma Nicolás e VARTABEDIAN, Julieta. *Una aproximación a la vulneración de los derechos humanos de las trabajadoras sexuales en la ciudad de Barcelona*. 2004. Disponível em: <http://www.genera.org.es/archivo/Una%20aproximacion%20a%20la%20vulneracion.pdf>

Acesso: 30 de Janeiro de 2014. Sobre o contexto laboral do comércio do sexo em que estão inseridas muitas mulheres imigrantes, ver: KING, Russell e ZONTINI, Elisabetta. The role of gender in the South European immigration model, *Revista de Sociologia – Universidade Aberta de Barcelona*, 2000, 60, pp. 35-52. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25564/25398>

Acesso: 22 de Janeiro de 2014.

^{xii} A existência na Europa do Sul de uma etnização do serviço doméstico e das empresas de limpeza, que consideram como uma prática de dominação “*el trapo limpia el polvo pero ensucia al que lo pasa*” ao estigmatizar quem dedica-se a uma tarefa tão desvalorizada, esta temática está bem desenvolvida em: CATARINO, Christine; OSO, Laura. *La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza*, *Papers*, v. 60, 2000, pp. 183-207. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/viewFile/25572/25406> Acesso: 30 Março de 2014

^{xiii} JULIANO, Dolores. Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias. *Papers*, v. 60, 2000, pp. 381-389. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n60p381.pdf> Acesso: 2 de Março de 2014.

^{xiv} Ver, entre outros: PERISTA, Heloísa (1998; 2000), ABRANCHES, Maria (2007), RAMALHO, Sonia e TROVÃO, Susana (2010), GODINHO, Susana Cristina Miguel (2010), GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (2007). [PERISTA, Heloísa. Mulheres na diáspora da União Europeia. Percursos migratórios e trajetórias profissionais e familiares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1998, 50. Coimbra: ICS, pp. 153-165; ABRANCHES, Maria. Mulheres muçulmanas em Portugal. Estratégias de (re)construção identitárias, *Lusotopie*, 2007, 14 (número temático “Dossier Islão nas Lusofonias”). pp. 239-254; RAMALHO, Sónia; TROVÃO, Susana. *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Dinâmicas familiares, de género e geração*. vol. 1. 2010, (Estudos OI; 42), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. ISBN 978-989-685-001-2; GODINHO, Susana Cristina Miguel. *Novos possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. 2010, Coleção Teses, 30. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/Tese30WEB.pdf Acesso: 20 Fevereiro de 2014; GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Org.). *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2007. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Marzia%20Grassi%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%202007%20n%C2%BA%201.pdf> Acesso: 20 de Maio de 2010].

^{xv} Ver, entre outros: BRITO, Brígida (2000), SERTÓRIO, Elsa e PEREIRA, Filipa Sousa (2004), WALL, Karin; NUNES, Cátia e MATIAS, Ana Raquel (2005), PEIXOTO, João (Coord.) (2006). [BRITO, Brígida. A situação profissional das mulheres imigrantes. *Janus 2001, Anuário das Relações Exteriores*. 2000, Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa. pp.188-189; SERTÓRIO, Elsa ; PEREIRA, Filipa Sousa. *Mulheres Imigrantes*. 2004, Lisboa: Ela por Ela. ISBN: 972-8860-06-4; WALL, Karin; NUNES, Cátia e MATIAS, Ana Raquel. *Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies*. 2005, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf Acesso: 20 Janeiro de 2014; PEIXOTO, João (Coord.). *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*. Lisboa: SOCIUSISEG, 2006. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/RelatorioPT/Relatorio_Mulheres_Migrantes.pdf Acesso: 20 de Janeiro de 2014]

^{xvi} Ver, entre outros: WALL, Karin e JOSÉ, José São (2004), WALL, Karin; NUNES, Cátia e MATIAS, Ana Raquel (2005), FONSECA, Maria Lucinda (Coord.) (2005), GRASSI, Marzia (2005a; 2005b), RAPOSO, Paulo e TOGNI, Paula C. (2009) [WALL, Karin; JOSÉ, Jose São. Immigrant families: Managing work and care for young children. *Working paper*, 2004, Instituto de Ciências Sociais, pp. 1-38; WALL, Karin; NUNES, Cátia e MATIAS, Ana Raquel. *Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies*. 2005, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Disponível em:

http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf

Acesso: 20 Janeiro de 2014; FONSECA, Maria Lucinda (Coord.). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. 2005, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; GRASSI, Marzia. Casar com o Passaporte no Espaço Schengen: uma Introdução ao Caso de Portugal, *Working Paper*, 2005a, 4. Lisboa: ICS, Universidade de Lisboa; GRASSI, Marzia. Gender, Ethnicity and Economic Issues in Contemporary Cape Verdean Migratory Movement, *Working Paper*, 2005b,5. Lisboa: ICS, Universidade de Lisboa; RAPOSO, Paulo; TOGNI, Paula C. *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração*. Observatório da Imigração, 2009, 38. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. ISBN 978-989-8000-92-7].

^{xvii} Ver, entre outros: PADILLA, Beatriz (2005), MIRANDA, Joana, LOPES, Lídia Correia (2007), MARTINGO, Carla (2009). [PADILLA, Beatriz. Le reti sociali dei brasiliani recentemente arrivati in Portogallo: solidarietà etnica o empatia etnica? In: Maurizio Ambrosini e Luca Queirolo Palmas (Eds.). *I Latini alla Scoperta dell'Europa: Nuove Migrazioni e Spazi della Cittadinanza*, Milão, Franco Angeli, 2005, pp. 111-123; MIRANDA, Joana. *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*, 2009, p.22. (Estudos OI; 35). Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_35.pdf

Acesso: 20 Março de 2014; LOPES, Lídia Correia. *Gravidez e Seropositividade em Mulheres Imigrantes na Região de Lisboa*, Coleção Teses, 2007, 11. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/11_LCL.pdf?u=oi Acesso: 20 de Janeiro de 2014; MARTINGO, Carla. O corte dos genitais femininos em Portugal: o caso das guineenses. Estudo Exploratório. Teses, 2009, 22. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_22.pdf Acesso: 20 de Janeiro de 2014].

^{xviii} Ver, entre outros: PEIXOTO, João (Coord.) [PEIXOTO, João (Coord.). *O Tráfico de Migrantes em Portugal. Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*. 2005, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_12.pdf Acesso: 20 de Janeiro de 2014]

^{xix} Ver: SANTOS, Maria Clara Almeida. *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa: Análise do Ano 2003*. 2007, Lisboa: Auto-Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural. [Teses14] Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/14_CAS.pdf

Acesso: 22 Janeiro de 2014.

^{xx} AA.VV. *Imigração e Etnicidade. Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal*. 2005a, Lisboa: SOS Racismo.

^{xxi} A estrutura dos relatórios estatísticos de 2004 e 2005 eram muito semelhante, ambos visavam reunir “estatística relativa à entrada, permanência, residência e afastamento de cidadãos estrangeiros em Portugal, com particular enfoque na população estrangeira residente, quer ao nível de *stock*, quer ao nível do movimento anual de pedidos e cessações do estatuto de residente” conforme descrito no preâmbulo no SEF, *Relatório Estatístico 2005*, p. 3. Havia possibilidade de analisar os dados sobre a população residente por sexo em relação a quantidade de indivíduos segundo nacionalidade e continente de procedência, segundo nacionalidade e grupo etário. Quanto a população que solicitou o estatuto de residente, é possível obter os dados por nacionalidade e sexo, segundo a idade (grupo etário quinquenal); por nacionalidade e sexo, segundo a situação na profissão; por nacionalidade e sexo, segundo o grupo profissional; por nacionalidade e sexo, segundo o grau de instrução. Quanto a população que cessou o estatuto de residente: por nacionalidade e sexo, segundo a idade (grupos etários); por nacionalidade e sexo, segundo o motivo da cessação. Quanto às prorrogações de autorizações de permanência em 2004 e 2005, são revelados dados por nacionalidade, sexo e distritos. Quanto às prorrogações de permanência, ou seja, vistos de longa duração em 2004 e 2005, há informação por nacionalidade e sexo, segundo o tipo de visto; por nacionalidade e sexo, segundo o distrito. E ainda há dados por sexo sobre Renovações de Títulos de Residência, Renovações de Cartões de Residência, Pedidos de 2ª Via; Naturalizações; e o Estatuto de igualdade e igualdade de direitos políticos a favor de cidadãos brasileiros.

^{xxii} A tomada de posse do Diretor-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Manuel Jarmela Palas, em tal cerimónia de posse o Ministro da Administração Interna, Manuel Costa, anunciou a necessidade de alteração legislativa quanto a imigração, conforme o programa eleitoral do Partido Socialista, nas eleições de 20 de Fevereiro de 2005, conforme *Público*, 3 de Maio de 2005. Sociedade, p. 26.

^{xxiii} Na primeira entrevista à imprensa o Diretor-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Manuel Jarmela Palas, explicou em linhas gerais as perspectivas para a reestruturação do SEF, vide *Público*, 29 de Agosto de 2005. Sociedade, pp.14-15.

^{xxiv} No relatório do SEF de 2006 apenas há informação estatísticas separada por gênero sobre: população estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo; população estrangeira em território nacional por grandes grupos etários; quantidade de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente; e a quantidade de população estrangeira que cessou o estatuto de residente. Em 2007 a informação é ainda mais restrita, pois só é descrito a população estrangeira desagregada por principais nacionalidades e sexo, segundo o título de residência; e a população estrangeira em território nacional por grandes grupos etários.

^{xxv} Sobre a estrutura do modelo de relatório adotado a partir de 2006, ver: SEF, *Relatório de actividades 2006*, p. 4

^{xxvi} Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Relatório de imigração, fronteiras e asilo. 2012. [em linha] <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf> Acesso: 20 de Janeiro de 2014

^{xxvii} *Ibid*, p. 17.

^{xxviii} *Ibid*. Principais Nacionalidades – Stock, p.17.

^{xxix} Os dados sobre a imigração foram obtidos a partir dos estudos de: CUNHA, Isabel Ferin. *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, 2006, p. 32 e CUNHA, Isabel Ferin; SANTOS, Clara Almeida; FILHO, Willy; FORTES, Ilda. *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*, 2008, Lisboa p. 52.

^{xxx} Sobre a invisibilidade na *media*, ver: Santos, Clara Almeida (2007). *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: Análise do ano 2003*, pp. 72-74.

^{xxxI} A Classificação Nacional das Profissões (CNP) é um reportório de todas as profissões existentes em Portugal e dos respectivos descritivos funcionais, apresentando-se agregadas por grupos profissionais. A CNP baseia-se numa classificação internacional tipo de profissões, a CITP – *Classification Internationale Type des Professions – Bureau International du Travail*, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CNP consta na Deliberação n.º 94 do CSE, de 24 de fevereiro de 1995, publicada no *Diário da República*, II Série de 18 de Abril de 1995; atualizações posteriores pelas Deliberação n.º 97 do CSE, de 5 de Julho de 1995, publicada no *Diário da República*, II Série, de 01 de Setembro de 1995 e Deliberação n.º 171 do CSE, de 02 de Junho de 1999 publicado no *Diário da República*, II Série, de 02 de Julho de 1999.

^{xxxii} O estatuto da mulher no pensamento patriarcal foi sempre definido pela marginalização, pela estigmatização e pela domesticação. Dependentes e submissas, vítimas do amor ou da paixão, as mulheres foram durante séculos o verdadeiro Outro do homem, o “continente negro” que Freud assumia como inacessível. BESSE, Maria Graciete. As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal. *Latitudes*, abril 2006, n.º 26, p. 16.

^{xxxiii} REULE, Danielle Sandri. *A dinâmica dos rumores na rede: a web como espaço de propagação de boatos virtuais*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2008, p. 11. [em linha] <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13796/000652732.pdf?sequence=1> Acesso: 20 de Janeiro de 2014

^{xxxiv} Ibidem

^{xxxv} Utilizamos a palavra *empoderamento* como tradução para *empowerment* no sentido de “promover a afirmação ou a influência” das mulheres na relação de poder.

^{xxxvi} LIMA TORRADO, Jesús. Ciberespacio y protección de los derechos: ¿Hacia una cibercultura de los derechos humanos?. *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, Madrid, n.º 5, 2002. [em linha] <http://www.uv.es/cefd/5/lima.html> Acesso: 20 de Janeiro de 2014

^{xxxvii} A série CAFÉ CENTRAL foi lançada em 9 de Maio 2011. É do gênero Magazines, Comédia, com horário de segunda a sexta-feira por volta das 21h e 52 min. Os personagens são: Gina (substituída por Cátia Vanessa), Águas, Sr. Silva, Bejecas, Sr. Conde, Félix. Realizado por Pedro J Ribeiro (Sr. Silva), André Brito (Águas), Rita Lagarto (Gina), Tiago Bôto (Conde), José Pestana (Félix). Tendo sido escrito por José Pina, Filipe Homem Fonseca, Alexandre Romão e Henrique Oliveira.

^{xxxviii} *Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal*. [em linha] http://www.peticao24.com/manifesto_contra_o_preconceito_as_brasileiras Acesso: 20 de Janeiro de 2014

^{xxxix} Ibidem

^{xl} Entidade Reguladora para a Comunicação Social

^{xli} Mais de 140 mulheres e homens se reuniram nas redes sociais para elaborar o manifesto. Na internet contaram com mais de 1.100 assinaturas. Obtiveram o apoio de 20 organizações sociais tanto portuguesas quanto brasileiras, além do suporte de sete conselheiros do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior. Ver: *Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal*. [em linha] http://www.peticao24.com/manifesto_contra_o_preconceito_as_brasileiras [Consulta: 20 de Março de 2013]

^{xlii} *Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal* [em linha] http://terapiadasexualidade.blogspot.pt/2011_09_01_archive.html Acesso: 20 de Janeiro de 2014

^{xliiii} Ibidem

^{xliv} Blog Saindo das prateleiras, *Gina, a mulher brasileira e mais algumas coisas...*, 28 de setembro de 2011. [em linha] <http://kakarodrigues.wordpress.com/2011/09/28/gina-a-mulher-brasileira-e-mais-algumas-coisas/> [Consulta: 20 de Julho de 2013]

^{xlv} *O Café Central voltou em grande*. [em linha] <http://www.rtp.pt/blogs/programas/cafecentral/?O-Cafe-Central-voltou-em-grande.rtp&post=20801> Acesso: 20 de Janeiro de 2014